

TRIBUNA DA CIDADE

LÚCIA CARVALHO

Democracia se aprende na escola

A comunidade escolar da rede pública poderá em breve recuperar o seu direito de escolher os diretores de escola. É que, agora, temos um governo preocupado com educação e, finalmente, uma bancada parlamentar que nos dará chances de aprovar e colocar em vigor nosso projeto que há mais de quatro anos visa estabelecer condições básicas para a democratização do ensino público.

Pode-se perguntar por que um assunto tão importante ficou na "geladeira" tanto tempo? É simples: o governo anterior e sua bancada de parlamentares não queria que alunos, auxiliares de ensino, técnicos, professores e pais tivessem espaço nesta área. Não viam as eleições como um passo importante para o aprendizado da democracia nas escolas. Preferiam fazer barganha política com os mais de 500 cargos de diretores de escola.

Nosso projeto, que foi apresentado em plenário em 1991, foi vetado pela então bancada governista. Reapresentamos o projeto no ano seguinte mas ele acabou "congelado", emperrado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Pelo projeto, os diretores são escolhidos por voto direto dos professores, alunos maiores de 14 anos ou estudantes a partir da 7ª série, servidores e pais. O projeto cria também um colegiado, formado por representantes eleitos por todos os segmentos da escola, que não teria só o caráter consultivo, mas também deliberativo, podendo opinar sobre a destinação das verbas e dos problemas



"Tenho consciência de que a eleição de diretores, por si só, não democratiza uma escola, mas ajuda: é um passo"

administrativos e pedagógicos.

Tenho consciência de que a eleição, por si só, não democratiza uma escola, mas ajuda, é um passo. Sei também que precisamos refletir sobre quem eleger e por que elegermos, qual o papel do diretor e do conselho numa comunidade escolar. Estas questões são importantes porque instigam o novo, a criação e a superação de novos desafios além de aprimorar a democracia.

Eleições diretas de diretores já são realidade em alguns estados do País, como Minas Gerais e Paraná. Para nós brasilienses, a aprovação do projeto também regulamentaria o artigo 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal que prevê gestão democrática do ensino público.

Sempre acreditei que, com a escolha do diretor pela comunidade, estamos dando passos para a construção da escola transformadora, aberta, participativa e crítica. Nossa proposta traduz muitos anos de reuniões, debates, lutas e reflexões sobre o tema. Se conseguirmos ter novamente, no DF, eleição direta de diretores das unidades de ensino públicas, urbanas e rurais, viveremos uma experiência com a marca de um governo democrático e popular.

■ **Lúcia Carvalho** é deputada distrital pelo PT e líder do governo na Câmara Legislativa